



Votações estão obstruídas

Oposicionistas reclamam de tratamento do Executivo e trancam a pauta

As bancadas do PP e do PT encabeçaram desde a última quarta-feira (17), a obstrução sistemática das votações em Plenário de projetos de origem do Executivo. O encaminhamento da proposta do PT e do PP, seguido pelo PFL, pretende sensibilizar o governador para que discuta e cumpra os projetos e leis que dizem respeito aos planos de carreira e salários do pessoal da Segurança Pública, da Saúde e da Educação.

Na sessão plenária de quarta-feira, os parlamentares retiraram-se do Plenário, inviabilizando quórum para

votar a autorização da viagem do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira ao exterior no dia 23 de novembro. "A oposição está sendo esmagada, jogada para escanteio, humilhada. É muito difícil dizer não para um apelo do líder do governo, deputado Herneus de Nadal, ou para o deputado João Henrique Blasi (PMDB), ou para o líder do PMDB, deputado Manoel Mota. Mas, se o governador não precisa e não respeita a oposição, não votamos mais. Ele que coloque 20 deputados da situação e aprove os projetos", declarou o deputado Antônio Ceron líder do PFL. (DAB/GMP)



Estudantes lotaram as galerias e ocuparam a tribuna, na mesma tarde em que a pauta começou a ser obstruída

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Curso em Chapecó

A manutenção do curso de Zootecnia da Udesc em Chapecó esteve na pauta das reivindicações apresentadas pelo movimento estudantil que esteve na Alesc. O curso está ameaçado de ser transferido para o campus da Udesc em Lages. O deputado Reno Caramori (PP) sugeriu que a realização da audiência pública para tratar do assunto fosse transferida para a cidade sede, Chapecó.

O líder do governo, deputado Herneus de Nadal, garantiu que a bancada do PMDB está junto com a

comunidade e com os estudantes do Oeste, para manter os três cursos superiores da Udesc situados na região: Zootecnia, em Chapecó, Engenharia, em Pinhalzinho, e Engenharia de Alimentos, em Palmitos.

Paulo Eccel (PT) garantiu a transferência da audiência para Chapecó, no dia 24, às 9 horas, e parabenizou os estudantes pelas duas grandes manifestações realizadas na Casa, a primeira em 17 de março, para tentar derrubar o veto às mudanças no Artigo 170, e na tarde de 17 de novembro. (DAB/TK)



Agostini recebe sugestão de projeto que altera o Artigo 170

Repasses do Artigo 170

Em audiência pública na manhã de quarta-feira (17), requerida pelos deputados Lício Mauro da Silveira e Joares Ponticelli, ambos do PP, foram contornados problemas referentes aos repasses garantidos pelo Artigo 170 da Constituição Estadual. Com o atraso, as rematrículas dos estudantes nas instituições de ensino superior vinculadas à Acafe estavam ameaçadas.

O secretário da Educação e Inovação, em exercício, Antônio Diomário Queiroz, anunciou que já foi feito o repasse da sétima parcela dos recursos e apresentou o calendário para encaminhamento dos valores às instituições de ensino até meados de fevereiro do próximo ano, num total de 10 parcelas. A audiência foi presidida pelo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Paulo Eccel (PT). À tarde, os estudantes entregaram durante a sessão plenária, ao presidente em exercício da Alesc, deputado Onofre Agostini (PFL), projeto de lei elaborado pela classe estudantil, alterando o Artigo 170. A tribuna foi aberta para as manifestações dos representantes estudantis. Segundo o presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes), Júnior Lauri Schwingel, Santa Catarina é o segundo Estado com menor número de vagas em universidades públicas, perdendo apenas para o Piauí. (CA)

III Secomlegis

Nos dias 3 e 4 de dezembro, a Assembleia Legislativa sedia a terceira edição do Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo. O evento é uma promoção conjunta da Alesc, Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) e Parlasul (Parlamento do Sul).

SECOMLEGIS

1º de Dezembro Dia Mundial de Luta contra a Aids

A Secretaria de Estado da Saúde e de Educação, em suas ações permanente contra a Aids, desencadeou nova campanha, tendo como ponto inicial os professores. O objetivo é estimular alunos e pais a refletir sobre o tema "Aids é assunto de família, o mais risco é não falar sobre ela", visando fomentar a discussão das implicações da doença no contexto social e as diversas formas de entendimento que a sociedade tem de família.



SANTA CATARINA
20 ANOS DE LUTA CONTRA A AIDS

Aids é assunto de família. Risco é não falar sobre ela.

Que administração pública afinal se quer?

Como alguém que há mais de 35 anos milita no serviço público do nosso Estado, tenho estudado largamente os conceitos de Estado máximo, de Estado mínimo e de Estado necessário. E nesse estudo tenho permanentemente me questionado e questionado os que comungam comigo dessa necessidade de se repensar o papel do Estado: que administração pública afinal se quer? E, no todo, a resposta tem sido sempre a mesma: uma administração pública que arrecade competentemente e que gaste conseqüentemente para a satisfação das necessidades básicas e essenciais da cidadania, nos aspectos de segurança, de saúde, de educação, de geração de oportunidades de trabalho e renda.

Para que serve esse esforço de desenhar permanentemente reformas administrativas que no fundo não contemplam o desempenho da administração pública que se quer que faça mais com menos, fazendo diferente? Fazendo diferente não apenas na forma de dar atribuições, mas nos conceitos de como fazer serviço público e de como reduzir a ineficiência e o excessivo gasto público, as excessivas despesas públicas.

Leio, ouço, percebo que há estudos em andamento no sentido de promover mais uma ampla reforma administrativa na administração pública de Santa Catarina. Ouço que para isso este Parlamento será novamente convocado em janeiro. Eu quero questionar – e também questionar para quê –: será que essa nova reforma administrativa é apenas para tentar a consolidação de uma ineficiência inexplicada em 20 meses

CPI da Casan: a verdade dos fatos

Um trabalho realizado com muito profissionalismo, que mostrou ser possível se fazer uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito com os instrumentos cabíveis para apresentar a real situação, os acontecimentos ilícitos e lícitos, contribuindo para nortear uma nova mentalidade na empresa.

Os problemas detectados pela CPI foram enviados ao Ministério Público, que é o órgão que possui os poderes de punir eventuais culpados, o trabalho da CPI se limita a apontar as irregularidades, e mesmo neste quesito a CPI da Casan tem um diferencial: os documentos e provas levantadas foram enviados antes mesmo do relatório final à Justiça, para que se acelerasse o processo e não deixássemos que os envolvidos pudessem sair sem uma devida punição por parte das autoridades competentes.

O trabalho foi longo, um processo que envolveu muitas e competentes pessoas, que não mediram esforços para que o resultado seja altamente positivo para a sociedade catarinense.

O tempo de duração da CPI da Casan justificou os rumos que foram apontados para a empresa poder corrigir sua trajetória e voltar a

de administração? Que reforma nós vamos ter no mês de janeiro deste ano? Uma reforma administrativa que redesenhe apenas quadradinhos de um organograma, criando novas funções, novos ônus, e não novos e eficientes serviços para a gente de Santa Catarina?

Será que nós teremos de trabalhar uma tal nova reforma administrativa que não passe novamente de um arremedo de costura para melhorar as condições dos aliados, dos cotados, dos apadrinhados ou dos afilhados e que não tem nenhuma dimensão de visualizar o resultado da prestação de serviços, mas um novo organograma que tem de justificar um ato de reforma que pode ter sido uma reforma de natureza político-partidária, mas não um ato de reforma efetivamente administrativa que signifique a busca da eficiência pública.

Será que seremos convocados para uma nova reforma administrativa que seja causa e razão mais uma vez de gerar mais despesas públicas e impedir a verdadeira função do Estado, necessário à prestação de serviço?

E não desejo em hipótese nenhuma vir aqui para ver aprovado um novo desenho de organograma, para ver aprovada a criação de mais empregos e mais funções públicas, para encontrar uma tentativa de justificar um projeto de reforma administrativa não tem nada e sim de acomodação de natureza político-partidária, para os que num determinado momento aceitaram a cooptação com recursos e eficiências públicas.

Deputado Celestino Secco (PP)

realizar um trabalho para a comunidade, exercendo sua real função que é oferecer água de qualidade e saneamento básico aos catarinenses de todos os municípios.

Há de se destacar o trabalho realizado nos bastidores pela equipe formada por profissionais altamente capacitados, que foram escolhidos entre muitos para realizar um trabalho em que não se transformasse em mídia, em notícias, mas principalmente em resultados concretos, auxiliando deliberadamente a diretoria da empresa para esta nova etapa.

Os erros existiram, as falhas quase levaram a empresa à insolvência, mas podemos refletir e constatar que existem novos caminhos para a Casan, com condições de oferecer um serviço de qualidade com rentabilidade, afinal se água não der resultado positivo financeiramente, o que dará?

Esta é a nossa opinião e esperamos que com o entendimento do dever cumprido o real resultado desta Comissão Parlamentar de Inquérito seja um novo caminho para a Casan, exatamente como devem ser todas as ações políticas e administrativas voltadas à população catarinense.

Deputado Mauro Mariani (PMDB)

Inclusão social é tema de seminário

A Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), realiza nos dias 25 e 26 de novembro o seu terceiro seminário temático sobre o tema “Políticas Públicas de Inclusão Social”. O evento será no Plenário Osni Régis e tem como público alvo parlamentares, servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e os movimentos sociais.

Várias autoridades e estudiosos de Santa Catarina e do país foram convidados para os debates que acontecerão em forma de mesas-redondas, com destaque para Prof. Erni Seibel, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Políticas Públicas, da UFSC, Ademir Alves da Silva, pro-

fessor Serviço Social da PUC e servidor da Secretaria Municipal da Assistência Social de São Paulo, Prof. Paulo Kraemer, do Laboratório de Política e Estudos Legislativos, da UNB, Florian Coutinho Madruga, diretor executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB e presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - ABEL, João Carlos Nogueira, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e Alaôr Marques Messias, gerente geral da Escola do Legislativo ou pela internet no endereço www.alesc.sc.gov.br.

As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas na Escola do Legislativo ou pela internet no endereço www.alesc.sc.gov.br.



25 e 26 de novembro de 2004

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Tiron (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Atletas recebem homenagem

(foto Alberto Neves)



Deputado Ceron e a campeã paraolímpica, Ádria R. dos Santos

Ex-atleta, pioneiro dos Jogos Abertos de SC e representante da Câmara dos Deputados nos torneios em Atenas, o deputado federal Ivan Ranzolin aproveitou para anunciar e convidar os presentes para a audiência pública que a Frente Parlamentar por ele presidida realizou na quinta-feira (18), em Florianópolis, no Hotel Cambirela. O debate está sendo feito em todo o país e servirá para a estruturação do Estatuto do Desporto.

O secretário Knaesel também aproveitou para anunciar que o governador Luiz Henrique

da Silveira comprometeu-se a remeter à Assembléia Legislativa, em breve, projeto de lei de incentivo ao esporte, com base no ICMS.

Depois dos discursos, Ceron e Onofre, Lício Mauro da Silveira (PP), Francisco Küster (PSDB) e João Henrique Blasi (PMDB) fizeram a entrega das medalhas comemorativas aos atletas ou seus representantes.

“Agradeço, em nome de todos os atletas homenageados, esta iniciativa da Assembléia. É muito fácil falar que o esporte pode tirar crianças e jovens das drogas, dar oportunidades, mas isto não tem sido fácil de ver na prática”, ponderou a atleta Fabiana Beltrame, após a entrega das medalhas. (MMV)

ral da Fundação Catarinense de Desportos, além de representantes de federações, associações e ligas desportivas de todo o Estado.

Estatuto - Autor da Lei nº 9131, de julho de 1993, que criou a Fesporte, e de projeto de lei que tramita na Casa e objetiva repassar aos atletas - através dessa Federação - as milhagens oferecidas pelas companhias aéreas resultantes de passagens utilizadas pelo poder público, Ceron salientou a necessidade de construção de um planejamento forte para o esporte. “É nosso papel oportunizar uma política pública capaz de atender a todas as demandas esportivas”, disse.

Os homenageados foram:

Atletas paraolímpicos

- Ádria Rocha dos Santos - atletismo (T 11 - 100m, 200m e 400m)
- Maria José Ferreira Alves - atletismo (T 12 - 100 m, 200m e 400m)
- Gilson José dos Santos - atletismo (T 13 - 800m)

Atletas olímpicos

- Márcia Narloch - atletismo (maratona)
- Sérgio Galdino - atletismo (marcha atlética)
- José Alessandro Baggio - atletismo (marcha atlética)
- Alessandra Picagevicz - atletismo (marcha atlética)
- Ivan Bruno Mazieiro - handebol
- Jakson Luís Kojoroski - handebol
- Chana Franciela Masson - handebol
- Ana Carolina Amorin - handebol
- Fabiana Kuestner - handebol
- Márcio May - ciclismo (prova de resistência)
- Murilo Fischer - ciclismo (prova de resistência)
- Andréia dos Santos (Maycon) - futebol
- Marlisa Wahlbrink (Maravilha) - futebol
- Anderson Nocetti - remo (single skiff)
- Fabiana Beltrame - remo (single skiff)
- André Otto da Fonseca - vela (49er)
- Gustavo Kuerten - tênis
- Fernando Scherer - natação (50m livre)
- Eduardo Fischer - natação (100m peito)
- Giovani Gavio - vôlei

Rede SC-SBT completa 15 anos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputado Gonçalves, Mário Petrelli e esposa

Com quatro emissoras localizadas em Florianópolis, Joinville, Chapecó e Blumenau, atualmente a rede de televisão SC-SBT é a segunda maior do Estado. Foi fundada em 1989 pelo empresário Mário Petrelli e homenageada em sessão solene da Alesc na noite de quarta-feira (17), às 19 horas, pela passagem dos 15 anos de atividades.

A solicitação partiu do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que também presidiu a cerimônia. Constituíram a Mesa o deputado Genésio Goulart (PMDB), que secretariou as atividades da noite, o ex-governador Ivo Silveira, Mário José Gonzaga Petrelli, presidente da Rede, Álvaro Junqueira de Arantes Filho, secretário-adjunto da Secretaria da Informação, representando o governo do Estado, Cid José Goulart Júnior, Procurador de Justiça, re-

presentando a Procuradoria Geral de Justiça, e Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa. Também participaram da solenidade os deputados Wilson Vieira-Dentinho (PT), Francisco Küster (PSDB), Jorginho Mello (PSDB), Manoel Mota (PMDB), Reno Caramori (PP), Antônio Ceron (PFL), João Henrique Blasi (PMDB), Odete de Jesus (PL), Dionei Walter da Silva (PT), Cesar Souza (PFL), Duduco (sem partido), Joares Ponticelli (PP), Herneus de Nadal (PMDB) e Djalma Berger (PSDB).

Segundo Nilson Gonçalves, em breve a Rede SC-SBT vai contar com uma emissora também em Criciúma. Ele informou ainda que a Rede foi reconhecida através de vários prêmios por oferecer aos telespectadores uma programação 100% regional, a maior do Estado, com 60 horas semanais. Criou

o Projeto Interligação Rede SC/SBT, que fornece um canal digital para o tráfego direto de dados (áudio e vídeo), em tempo real, entre as quatro emissoras, sendo pioneira entre as televisões catarinenses na utilização da tecnologia Life Stream Broadcast, fibra ótica Brasil Telecom. O deputado Jorginho Mello (PSDB), falando em nome de todas as bancadas da Casa, enfatizou que a homenagem era para quem tem “compromisso em levar informação verdadeira e imparcial”.

Os parlamentares entregaram uma placa comemorativa e flores para as esposas dos homenageados Mário José Gonza-

ga Petrelli, presidente, Marcello Corrêa Petrelli, diretor superintendente, Valdemar Sauchuk, diretor administrativo e financeiro, Reginaldo Ramos Júnior, diretor geral, Paulo Hoeller, dire-

tor operacional, Mário José Gonzaga Petrelli Filho, diretor institucional, Silvano Silva, diretor regional de Joinville, e Régis Rogério Rocha, diretor regional de Chapecó. (DAB)

Os engenhos de farinha

Carlos Agne

O que antes era a alavanca da economia do litoral catarinense e o ganho de muitos agricultores está fadado a ficar apenas na memória da população ou servir de decoração em ambientes de grandes mansões. Das centenas de engenhos de farinha movidos a tração animal, restam menos de uma dezena em funcionamento.

A memória é quase tudo o que resta dos engenhos de farinha e há muita dificuldade para encontrar um engenho tocado a boi. Boa parte dos remanescentes está funcionando à base de energia elétrica. Os que trabalham pelo sistema antigo praticamente já fizeram a última fornada, ou estão servindo de atração em festas que cultuam a tradição açoriana.

Em Florianópolis, desde

1666 se tem notícias de que havia plantações de mandioca e construções de engenhos, quando iniciou-se o processo de colonização do Rio Vermelho, onde originou-se uma das três mais antigas freguesias da Ilha, fundada por açorianos, em 1750. A localidade foi rica em engenhos de farinha e de açúcar (ainda existentes na Costa da Lagoa) e próspera no cultivo da terra e na pesca. Eram produzidos também tecidos de algodão, em teares rudimentares, nos séculos XVIII e XIX. Também Sambaqui, Sertão da Lagoa do Peri e Ribeirão da Ilha tiveram seus engenhos. Em Santo Antônio de Lisboa resta o Engenho da Família Andrade, que foi recuperado e hoje voltou a funcionar. De acordo com dados do NEA/UFSC, hoje há engenhos em Ratonas, Vargem Grande, Lagoinha da Ponta das Canas, Ribeirão da Ilha, Tapera e Sertão do Peri.

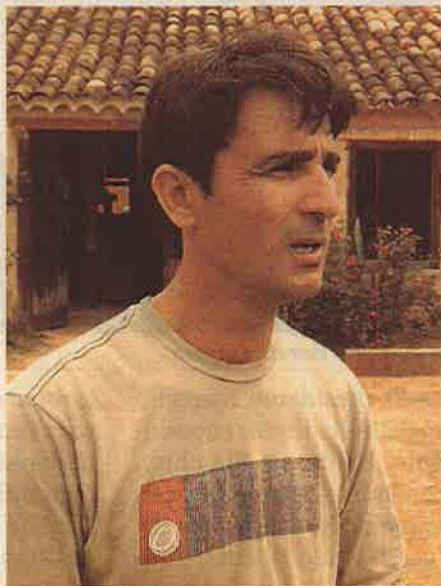


É raro encontrar um engenho completo funcionando a tração animal

Retomada da tradição

Cláudio Agenor Andrade é um dos abnegados que cultuam a tradição e a memória mas não abandonou a atividade, fazendo sobreviver o engenho que outrora pertenceu aos seus antepassados. Artista plástico, ele é um dos 14 filhos do falecido Agenor José de Andrade, antigo líder comunitário, roceiro, pescador e proprietário do engenho em Santo Antônio de Lisboa, reativado em junho do ano passado depois de quase dez anos parado.

Como numa viagem ao passado, Cláudio vai lembrando dos tempos em que subia o morro para a colheita da mandioca. O barulho das rodas do carro de boi chamava a atenção dos vizinhos, que desciam juntos para o galpão e se juntavam em grupos para iniciar a centenária fabricação de farinha, biju, cuzuz, rosca de polvilho e outras especialidades da culinária açoriana. "Além de ajudar



Cláudio retomou a produção

para o preparo da farinha. Os Andrade chegavam a produzir 15 toneladas de farinha nesse período. Mas nem tudo o que produziam era comercializado. Em um paiol, com farinha socada a ponto de se tornar uma massa compacta, eram conservados peixes e camarão, tudo para ser consumido em dois, três meses.

"Depois meu pai ficou muito doente e a atividade parou. Só que resolvemos dar continuidade. Lembro quando o pessoal falava pra ele que era ultrapassado usar animal no engenho e o pai retrucava que sem o boi o engenho não tinha alma. Hoje estamos resgatando não só a história, mas dando continuidade a uma atividade que era feita com muito amor por nossos antepassados, especialmente, meu pai", observou emocionado. Se estivesse vivo, Agenor Andrade teria completado 100 anos em setembro. Após 10 anos de sua morte, os filhos resolveram reativar o engenho, em setembro do ano passado, durante as comemorações da Festa do Divino Santo Antônio do Espírito Santo, a roda do engenho voltou a rodar.

O engenho é aberto a visitação e junto às suas instalações encontra-se o casarão dos Andrade, no Caminho dos Açores, entre Santo Antônio de Lisboa e Cacupé.

Lamento de seu Zico

Proprietário de um engenho de farinha de mandioca, movido a tração animal mas que também pode ser tocado à eletricidade, e diferente porque é móvel, o agricultor Milton Ferreira da Silva, o Seu Zico, acompanhou o auge dos engenhos de farinha. Hoje, ainda sobrevive da atividade e questiona o desaparecimento da cultura e da produção da mandioca.



Seu Zico chora ao lembrar

"Os pobres agricultores e pescadores, todos de famílias humildes, não suportaram a pressão das autoridades, que ameaçavam multar em valores astronômicos quem não cumprisse a lei da Vigilância Sanitária. Com medo de perder tudo o que tinham, ou o pouco que conseguiram na vida, foram abandonando a atividade", revela.

Seu Zico vive nos dias atuais às custas de seu engenho itinerante e reclama da falta de apoio. "Às vezes, eu consigo instalar o engenho no Largo da Alfândega, junto ao Mercado Público. Agora, tenho de agradecer à UFSC e ao Peninha por essa força que estão me dando.

Está difícil continuar vivendo desse jeito. Mas vou tentar levar até o fim de meus dias", garante.

Ele mora em Biguaçu e diariamente se desloca para a UFSC onde produz derivados da farinha e os comercializa. Zico se emociona quando lembra da fatalidade que o atingiu no ano passado. "Um incêndio numa estufa acabou com um estoque de quase 15 mil pacotes de biju e cuzuz. Ninguém me ajudou, sequer a prefeitura ou a própria comunidade. Estou tentando me levantar sozinho com o apoio de minha família e por isso preciso de um espaço para deixar instalado esse engenho", diz chorando.

sador
retor
Cabra
luta p
to dos
se. Ao
do em
uma v
chega
diona
partir
vrado
go e a
nas na
força
cos "r
muns
a lavo
vingo

estão morrendo

Preservação na Costa da Lagoa

Na Costa da Lagoa, o engenho ali instalado foi construído aproximadamente entre o fim do século XIX e começo do século XX. Sua arquitetura é a tradicional, com duas paredes laterais de pedra, assim como as colunas de sustentação, sendo o restante fechado com taipa e madeira. A máquina movida a tração animal (boi), movimentava um ralador de mandioca e um mecanismo para mexer a farinha no tacho, para que não queime ao torrar. Um eixo central preso ao chão e à estrutura do telhado move uma grande engrenagem que transmite a força aos outros equipamentos.

A história da preservação deste importante patrimônio começa na década de 80, quando um grupo de moradores e simpatizantes procurou a família proprietária do engenho com a intenção de conservá-lo. O terreno estava à venda. Havia um comprador interessado, um conhecido especulador imobiliário

da época. O grupo ofereceu uma quantia pela posse da ruína, mas no exato momento em que a transação iria se realizar apareceu o citado comprador.

Criou-se um impasse. O resultado foi que a metade da ruína foi vendida ao grupo conservacionista, que fundou a Associação do Engenho da Costa da Lagoa e a outra metade foi vendida, juntamente com o terreno, ao especulador. Esta situação se manteve por alguns anos, não sem conflitos, até que em meados da década de 90 alguns membros da Associação, através de um representante, compraram as terras do engenho e o restante da ruína, possibilitando sua conservação definitiva. Desde o início, a Associação encarrega-se de efetuar os reparos necessários para que o engenho se mantenha operável. Para isso, promove todo ano, por volta do mês de junho, a Festa da Farinha, antiga Festa do Engenho.



Rô Lutchemberg

Resgate da cultura

Ao deslocar-se de Blumenau para a região de Bombinhas, onde junto com o marido tencionava instalar uma pousada, Rosane Lutchemberg apaixonou-se pela história da colonização açoriana. Abnegada, não abandonou o novo sonho de idealizar um movimento de defesa do patrimônio histórico e cultural do município de Bombinhas, o projeto "Boimamão". Através da sua coordenação, um pequeno acervo histórico foi resgatado, conscientizando a população sobre a importância da identidade cultural de base açoriana. A partir de 1997, um antigo engenho de farinha foi adquirido e reconstruído na região do Sertãozinho/Zim-

bros, abrigando peças antigas, fotos, mobiliários, num imóvel cedido por comodato pelo empresário Vilmar Schuermann.

O projeto "Boimamão", consolidou-se com a fundação do Instituto Boimamão, em 1998, tendo como sede o Engenho do Sertão. Hoje o local é uma instituição não-governamental, inserido no ProNAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura), de utilidade pública estadual e municipal, habilitado pelo Ministério da Cultura através da Lei nº 8.313, com a aprovação, em 1º de outubro de 1999, do projeto Preservação de Engenhos de Farinha e Criação de um Museu Histórico.

O Instituto tem sua sede no Engenho do Sertão, espaço alternativo aberto à visitação pública, oferecendo a típica "consertada" (cachaça com café e especiarias) e serve sob reserva uma comida caseira regional. O espaço tornou-se um ponto de referência histórica para acadêmicos e alunos da rede de ensino municipal e outras regiões e ali são feitas palestras para a comunidade e promovidos encontros culturais.

Quem visita o Engenho do Sertão conhece um pouco da história dos portugueses que se estabeleceram em Santa Catarina. Sabe que, de todas as cidades litorâneas de origem açoriana, Bombinhas é uma das poucas que possuem construções na forma de engenhos de farinha de mandioca, alguns com peças de mais de cem anos, que precisam ser preservadas. "Por formarem um grupo único dentro da cultura portuguesa e por esses engenhos serem vestígios históricos com todas as implicações que isso traz, chegamos ao projeto de preservação. E também ao projeto de um museu vivo, que estes engenhos abrigarão. Além das implicações histórico-culturais, o Centro Histórico servirá como mais um atrativo turístico, ajudando no fomento da economia do município", detalha Rô, como é conhecida na região.

Preocupada com o futuro, não só dos engenhos como da própria cultura açoriana, Rô já treina os descendentes dos antigos proprietários e agricultores. "Temos pessoas da localidade interessadas na preservação da cultura e, além disso, uma descendente direta de um dos proprietários de um engenho fez o curso de Turismo e Hotelaria e já está trabalhando conosco. Vamos treiná-la para que assumo o Instituto e, assim, o destino da própria cultura e tradição."

Mandioca

ecido museólogo e pesquisador, o "Peninha", disseu Oswaldo Rodrigues FSC, é outro abnegado que se dedica à preservação e faz mapeamentos no litoral catarinense. O engenho móvel instalado à Reitoria, Peninha faz lembrar o passado e lembra da história dos açorianos ao Brasil Meridional, Santa Catarina. "Através do trigo, eram basicamente acostumados a plantar o trigo. Trabalhavam com atafomes do trigo, utilizando a força humana para movimentar os poétios de vento", muito comum no arquipélago de Açores. Aqui, o trigo foi frustrante. Não erras não eram apropria-

das para esse tipo de cultivo, pela presença de densas florestas.

Os açorianos tiveram de se adaptar ao consumo da mandioca. O beiju foi o alimento que salvou a necessidade básica desses colonos. Aprenderam o cultivo da mandioca e sua utilização como alimento e ainda a extrair também o polvilho. Com a tecnologia que conheciam, dos moinhos de vento, criaram adaptações para que eles fossem movimentados, utilizando-se da força de um boi. A criação desse processo de beneficiamento da mandioca, já no final do século XVIII, levou a antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, a exportar excedentes de farinha de mandioca e polvilho para o Rio de Janeiro e para



Peninha luta pela preservação

a província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Os engenhos eram abrigados em grandes ranchos cobertos com telhas de calha e com paredes barreadas ou tábua corrida. Uma lei surgiu exigindo a colocação de azulejos nos engenhos. "Impossibilitados de cumprir a exigência da lei, os agricultores foram demolindo seus engenhos, antes que algum fiscal os surpreendesse fabricando a farinha de modo artesanal. Depois veio a urbanização descontrolada, o local da roça foi loteado e transformado em conjuntos habitacionais. Em todo o Brasil ainda é produzida a farinha de mandioca de forma artesanal. No entanto, nenhuma farinha se compara àquela produzida no litoral catarinense. Somente aqui, ao mesmo tempo, ela é fina, torrada e alva. Bendita farinha", complementa Peninha, orgulhoso.



adidas em decorações de mansões

Artigo 170

Acafe diz que vai discutir propostas

Uma audiência foi realizada no dia 17, para esclarecer os atrasos dos repasses referentes aos recursos das bolsas de estudos previstas pelo Artigo 170 da Constituição Estadual. O resultado do debate acalmou a preocupação dos acadêmicos, de seus pais e também dos parlamentares, especialmente com o anúncio do secretário da Educação e Inovação, em exercício, Antônio Diomário Queiroz, de que já foi feito o repasse da sétima parcela da verba. Queiroz apresentou o calendário para encaminhamento dos valores às instituições de ensino até meados de fevereiro do próximo ano, num total de 10 parcelas.

O presidente da UCE (União Catarinense de Estudantes), Júnior Lauri Schwingel, foi o primeiro a se manifestar e relatou o drama vivido pelos acadêmicos, pois, em razão dos atrasos, muitos tiveram problemas para fazer a matrícula, além de pagar multas e juros pelo atraso por parte do governo à Univali, integrante do Sistema Acafe.

O presidente do sistema Acafe, Gaston Mário Cazamajou Bojarski, explicou

que os atrasos deste ano ocorreram pelo fato de o governo estar enfrentando dificuldades por indisponibilidade de recursos, mas que, nesta semana, já depositou a sétima parcela, ficando apenas uma em atraso, das 10 que tem a cumprir.

“Conversei com o diretor do Tesouro do Estado e recebi a garantia de que a oitava parcela será repassada em dezembro, a nona em janeiro e a décima em meados de fevereiro. Com certeza, no ano que vem o pagamento vai ser regularizado desde março”, prometeu o secretário em exercício, Diomário Queiroz. Ele anunciou também que o governo quer otimizar a proposta do secretário da Educação, Jacó Anderle, que pretende dobrar, nos próximos quatro anos, a liberação efetiva de recursos. Autor do requerimento que pro-



Professor Gaston prometeu levar assunto para discutir na assembleia da Acafe

pôs a discussão do assunto, juntamente com Joares Ponticelli, também do PP, Lício Mauro da Silveira salientou a falta de coerência nos repasses. “O governo usa artifício que não é adequado. Para acalmar a situação, manda recursos para uma instituição e deixa de repassar para outras. Ora, se é parcela, tem que ser distribuída no mesmo dia e para todas as instituições. O Sistema Acafe vai garantir as matrículas?”, questionou.

Além disso, criticou os critérios e os valores para a distribuição das bolsas.

O deputado Paulo Eccel (PT) avaliou os resultados como positivos, uma vez que tanto a Acafe quanto o governo firmaram compromissos: o governo, de repassar os recursos até fevereiro e dialogar a respeito dos novos projetos sobre o Artigo 170; a Acafe, de levar para a assembleia da instituição, em 15 de fevereiro, a proposta de não cobrar juros e multas em atrasos de responsabilidade do governo. A instituição comprometeu-se ainda de garantir a matrícula dos acadêmicos bolsistas que não pagaram a mensalidade por falta de repasse do governo estadual.

Participaram ainda da audiência pública os deputados Reno Caramori (PP), Odete de Jesus (PL), Djalma Berger (PSDB), João Henrique Blasi (PMDB), Dionei Walter da Silva (PT), Antônio Ceron (PFL), Pedro Baldissera (PT), Francisco Küster (PSDB), José Paulo Serafim (PT) e Manoel Mota (PMDB). Acadêmicos de Chapecó, Joaçaba, Rio do Sul, Blumenau, Criciúma, Joinville e São Miguel do Oeste acompanharam as discussões. (CA)

Caso Elofar

Por solicitação do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), compareceram na quarta-feira (17), na Comissão de Finanças e Tributação, presidida na oportunidade pelo deputado Reno Caramori (PP), o presidente e o vice da Associação dos Servidores do Badesc, respectivamente Marcos Zanin e Francisco Cordeiro. O objetivo, segundo o autor do pedido, é a busca de informações mais amplas e apuradas sobre a operação de venda do Laboratório Elofar, pertencente à SC Genéricos, para a empresa paulista Multitrade, um dia após aporte de capital no valor de R\$ 1,8 milhão.

Cordeiro admitiu aos parlamentares considerar a operação lesiva ao Badesc e disse que na época foi apontado o fato e pedida providência à assembleia geral da instituição. Segundo ele, o Ministério Público está investigando as possíveis irregularidades. Admitiu ainda, que houve erro administrativo do Badesc em aceitar pagamento de dívida de acionistas da SC Genéricos feito pela

Multitrade em cheques pré-datados, “alguns bons, outros não”, e passar recibo de quitação em nome da empresa e não dos acionistas.

Para Vieirão, outro problema foi a omissão do representante do Badesc, que tinha poder de vetar a operação junto à assembleia da SC Genéricos. O laboratório cumpria a finalidade para a qual foi criada a empresa, produzindo os medicamentos que o Estado tem o dever de prover ao sistema de saúde. O deputado lembrou que, em novembro de 2002, o Badesc financiou R\$ 2,9 milhões a pessoas físicas e jurídicas para integralizar capital na SC Genéricos. Ain-

da nesse ano foi adquirido o Laboratório Elofar, por R\$ 3,8 milhões, sendo que R\$ 2,8 milhões foram pagos à vista. Mais R\$ 1 milhão em ações da SC Genéricos complementaram o pagamento. No dia 10 de setembro de 2003, em assembleia da SC Genéricos se decidiu por aporte de capital no valor de R\$ 1,8 milhões. No dia 12 de setembro, a SC Genéricos definiu a venda do laboratório por valor aproximado de R\$ 8,2 milhões, com 60 meses para a quitação total. Além de adquirir o laboratório, a empresa comprou também todas as ações, exceto as pertencentes ao Badesc, da SC Genéricos, com quem tinha dívida pela compra do Elofar. (SD)

(foto Alberto Neves)



Conforme as explicações de Cordeiro e Zanin, a operação foi lesiva ao Badesc

Plano de carreira da Fazenda

As sugestões de alteração do Projeto de Lei Complementar nº 23/04, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores da Secretaria Estadual da Fazenda devem ser acatadas em forma de substitutivo global pelo relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, deputado João Henrique Blasi (PMDB). O encaminhamento aconteceu após audiência pública conjunta das comissões de Justiça, Finanças e Trabalho e Serviços Públicos, realizada na manhã de terça-feira (16), em que as entidades representativas dos servidores da Fazenda apresentaram documento propondo algumas alterações consensuais.

Eles solicitam o acréscimo de parágrafo único ao Artigo 1º, deixando claro que os servidores fiscais não fazem parte do projeto, além da supressão de alguns itens dos anexos. Ao citar as propostas, o presidente do Sindifisco, Rogério Macanhão, manifestou que em momento algum houve posicionamento contrário da entidade em relação ao projeto que regulamenta a profissão de técnicos fazendários. Ele acredita que as alterações no anexo resolvem o problema de transposição de cargos, não ocorrendo desta forma conflito de

competência na Secretaria da Fazenda.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores da Fazenda, José Kurt dos Santos, é a primeira vez que um projeto específico trata da carreira dos auxiliares, hoje em torno de 900 servidores na Secretaria. Na concepção da proposta, tivemos o cuidado de acrescentar artigo para que não haja repercussão financeira. Foi uma discussão de quase dois anos entre a categoria e o Executivo”, declarou. O relator da matéria na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, deputado Celestino Secco (PP), alertou para as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere a despesas.

Segundo Secco, não haverá impacto financeiro imediato, mas sim a médio e longo prazo quando da implantação do projeto. Para torná-lo mais transparente, deverá ser feita correção redacional na CCJ, acrescentando a expressão “imediate”, informando que a despesa não ocorrerá de pronto. Também será acatada emenda aditiva de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), para que haja o enquadramento como tal daqueles que realizam a função de contador. (SD)

Schneider explica novo modelo da Celesc

(foto Alberto Neves)

O presidente da Celesc, Carlos Rodolfo Schneider, explicou aos deputados na manhã de quarta-feira (18) o projeto que o Executivo enviará à Assembléia nos próximos dias transformando a empresa em uma holding. A proposta prevê a criação de duas subsidiárias integrais, uma na área de geração e outra na área de distribuição. A proposta que promove a reestruturação administrativa, técnica e so-



Diretoria da empresa detalhou proposta durante a manhã do dia 17

cietária da Celesc vem atender exigência dos contratos de concessão assinados em 1999 com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e para se adaptar à Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, que determina o marco regulatório do setor.

O novo modelo do setor elétrico tem como objetivos aproveitar melhor as vantagens da hidroeletricidade e da energia térmica ao estabelecer uma competição por preços na comercialização de

energia. A legislação, segundo informações contidas em documento entregue aos parlamentares, cria dois ambientes: o de livre negociação de energia elétrica e o ambiente de negociação regulada. Todas as empresas do setor - geradoras, transmissoras e distribuidoras - precisam adequar-se às novas regras. Em cronograma definido com a Aneel, o projeto precisa ser aprovado ainda em 2004 e implementado até

setembro de 2005, sob risco de desequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de multas, intervenção administrativa e rescisão dos contratos de concessão. Por isso a certeza de que a proposta tramitará em regime de urgência.

Em 16 de janeiro de 2002, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.130, resultado de projeto semelhante, e que determinou a cisão da Celesc com a manutenção da distribuidora

como holding no comando de duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração e a Telecomunicações. Porém, lembra o deputado João Henrique Blasi (PMDB), este modelo não foi aceito pela Aneel, que ainda aplicou três multas à empresa e que estão sendo discutidas na Justiça.

Uma das dúvidas apresentadas por alguns parlamentares é se a proposta poderá abrir caminho para a privatização. A Celesc diz que o texto do projeto deixa claro que, caso o acionista majoritário opte por vender parte das ações do negócio no futuro, deverá necessariamente submeter a proposta à Assembléia Legislativa. O acionista majoritário continuará sendo o governo do Estado. O deputado Blasi declarou que, a exemplo da projeto aprovado em 2001, se for necessário apresentará novamente emenda que vede qualquer possibilidade de privatização da empresa. (SD)

Comissão de Ética apresenta denúncia

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PP), reuniu-se na quarta-feira (17) para apresentar uma denúncia contra o deputado Genésio Goulart (PMDB). Conforme a denúncia, o parlamentar usou de palavras de baixo calão e tentativa de agressões físicas contra Ponticelli, quando este último utilizava o horário das explicações pessoais

no dia 21 de outubro, em Plenário.

Como o deputado denunciante é o presidente da Comissão, Ponticelli passou a presidência para o deputado Dionei Walter da Silva (PT), a fim de fazer a leitura da denúncia e designar um relator. Na denúncia, Ponticelli afirma ter sofrido atos atentatórios, tendo sido surpreendido por Genésio. Foram apre-

sentadas a fita cassete com a gravação do ocorrido, a transcrição da taquigrafia e a repercussão na mídia. O parlamentar ainda sugeriu que o relator ouça as seguintes testemunhas: deputados Herneus de Nadal (PMDB) e Lício Mauro da Silveira (PP), e dois servidores, além dele próprio. Após a leitura, Dionei nomeou o deputado Antônio Ceron (PFL) como relator da de-

núncia. "Vou fazer uma análise dos fatos, ouvir as pessoas e assim haveremos de chegar a uma conclusão", afirmou.

Segundo Ponticelli, a denúncia é feita com muita tristeza. "Faço esta denúncia devido à repercussão negativa para ambos e para o Parlamento. Espero que a partir de agora outras ações como essa não aconteçam novamente", concluiu. (GMP)

Aprovados

Quadro de pessoal da Udesc

Projeto de Lei nº 260/04, de origem governamental, que transforma quatro cargos de Assistente Administrativo, nível 1, referência 1, do grupo Técnico de Nível Médio, da categoria Técnico-administrativo, em quatro cargos de Assistente de Laboratório de Ensino e Pesquisa, de igual grupo, categoria, nível e referência, do quadro de pessoal permanente da Fundação Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), de que trata a Lei nº 8.332, de 9 de setembro de 1991. Segundo uma exposição de motivos da Secretaria da Administração, a Fundação solicita esta providência em virtude do concurso público de ingresso de que trata o Edital nº 01/03, já que existem classificados no cargo de Assistente de Laboratório de Ensino e Pesquisa sem que existam vagas suficientes para atender a demanda. Explica que o objetivo não é criar novos cargos, mas transformar cargos vagos dentro do mesmo nível e referência, sem implicar na submissão do projeto aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. (RV)

Ressarcimento

Projeto de Lei Complementar 17/04, do Tribunal de Justiça, determina que os magistrados do Poder Judiciário, quando se deslocarem de suas sedes funcionais, temporariamente, a serviço, poderão utilizar veículos de sua propriedade, devidamente cadastrados no órgão competente deste Poder, sendo ressarcidos das despesas com combustível.

O presidente do TJ disciplinará, por meio de resolução, a utilização de veículos particulares a serviço, regulamentando o ressarcimento das despesas com combustível. O desembargador Jorge Mussi, presidente do órgão, esclarece que, em virtude da carência de veículos da frota oficial daquele Poder e de servidores para desempenharem a função de motorista, a utilização de automóvel particular tornou-se a solução viável à grande demanda de serviço enfrentada no TJ. (RV)

Capital Catarinense do Voluntariado

Projeto de Lei nº 77/04, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), reconhece Joinville como a Capital Catarinense do Voluntariado. Na justificativa da proposição, a parlamentar informa que, no município, um em cada 20 habitantes trabalha ativamente como voluntário e está ligado a uma associação ou entidade que presta serviço à comunidade. Segundo a AJOS (Associação Joinvillense de Obras Sociais), há aproximadamente 20 mil pessoas atuando como voluntários na cidade, um dado estatístico oficial, pois muitos moradores da maior cidade catarinense praticam serviços gratuitos sem estarem vinculados às entidades ligadas à AJOS. (RV)

Agenda

Dia 22, 19 horas - Sessão solene em homenagem à imigração italiana em Santa Catarina

Local: Unoesc - Joaçaba

Dia 23, 19 horas - Comissão de Segurança Pública - Audiência pública "A instalação de delegacias especializadas em crimes e discriminações contra homossexuais"

Local: Plenário

Dia 24, 9 horas - Comissão de Finanças - Audiência pública para informar os conselheiros do Orçamento Regionalizado sobre os encaminhamentos dados às emendas elencadas nas audiências deste ano e sobre a tramitação da revisão do PPA 2004/07 (Plano Plurianual de Investimentos)

Local: Sala de Imprensa

Dia 24, 19 horas - Sessão solene em comemoração ao centenário de fundação do Rotary Club Internacional

Local: Plenário

Dia 25, 12 horas - Escola do Legislativo - Seminário de Políticas Públicas para Inclusão Social

Local: Plenário

Dia 25, 19 horas - Sessão para outorga das medalhas de mérito Cruz e Sousa, Castorina Lobo de São Thiago e Vida Amabile

Local: Plenário

Dia 26, 8 horas - Escola do Legislativo - Seminário de Políticas Públicas para Inclusão Social

Local: Plenário

Alesc discute ações para conter sigatoka negra

Tatiana Kinoshita

Banaticultores de Corupá, Garuva, Massaranduba e região lotaram o auditório do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Jaraguá do Sul para participar de audiência pública, realizada na tarde do último dia 11, para discutir encaminhamentos sobre a sigatoka negra, praga que está afetando os bananais no Estado. A reunião foi solicitada pelos deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), através da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB). Segundo Mariani, todo o debate, incluindo as reivindicações dos bananeiros, será transformado em um documento que será entregue ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ao secretário estadual da Agricultura, Moacir Sopelsa, e ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira.

Também participou da audiência o deputado Francisco de Assis (PT). Para debater o assunto estavam presentes o secretário adjunto da Secretaria Regional de Jaraguá do Sul, Nilson Bylaardt, o diretor do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, Renê Suman, representando o Ministério da Agricultura, além de coordenado-

res e pesquisadores da Epagri e Cidasc, como o gerente de Defesa Sanitária da Cidasc, Robson Borges, representando também o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa.

Dionei abriu a audiência informando que agricultores da região foram até a Assembleia Legislativa solicitar ajuda à Comissão de Agricultura. "Precisamos trabalhar em conjunto, pois não podemos deixar esta praga se alastrar pelo Estado", disse. O deputado Peninha alertou sobre a importância da audiência, pois a Alesc tem a responsabilidade de reunir o Ministério da Agricultura, técnicos, sindicalistas e associações que representam o setor para discutir a real situação dos bananais de toda a região. "Essa praga pode causar prejuízos irreversíveis e por isso precisamos discutir quais as melhores medidas a serem tomadas para evitar um colapso na economia de quem vive do plantio da banana."



Suman: "cura" para a doença deve demorar



Produtores querem ações imediatas para conter a praga que ameaça os bananais

O que é a sigatoka negra?

A sigatoka negra é um fungo verificado pela primeira vez nas Ilhas Fiji, em Sigatoka, com a denominação de estria negra da bananeira, sendo conhecido como *Mycosphaerella fijiensis*. Esta doença se alastra nas folhas da bananeira, causando uma rápida decomposição foliar, reduzindo a capacidade fotossintética da planta, podendo causar-lhe a morte, antes mesmo da formação do cacho de frutos e a consequente redução da produção da bananicultura.

Uma das frutas mais consumidas no mundo

"A produção de bananas em Santa Catarina é estimada hoje em 650 mil toneladas anuais, empregando 30 mil pessoas diretamente. Santa Catarina consome 120 mil toneladas por ano e exporta 160 mil toneladas. Imaginem o tamanho do prejuízo para os pequenos e grandes agricultores", questionou o diretor do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, João Batista Kurti.

Dados da Cidasc mostram que 5 mil propriedades agrícolas em Santa Catarina têm plantações de banana.

Em todo o país, somam-se 500 mil hectares de plantio da fruta, sendo que 68% da produção brasileira são exportados, gerando um montante de 17 milhões de dólares por ano. Das 25 mil propriedades de Santa Catarina, em 5 mil o plantio da banana é a principal fonte de renda. "Ainda temos uma sobrevida de um ano até a praga se alastrar e nesse tempo precisamos equacionar a situação. Vamos mandar ao Ministério da Agricultura um pedido de

recurso para ampliar nossos laboratórios e assim poderemos investir em pesquisas de mudas mais resistentes à sigatoka negra", informou o coordenador do projeto Fruticultura Tropical da Epagri de Itajaí, Jorge Luiz Malburg.

Em agosto deste ano, diante do avanço da doença em território catarinense, a Cidasc determinou a derrubada de pés de banana cultivados às margens da BR-101. De acordo com Robson Borges, como a doença é transmitida pelo vento a grandes distâncias, ou pela água, a medida visou impedir uma propagação ainda maior. Desde julho deste ano, uma portaria da Secretaria Estadual da Agricultura proíbe a entrada de mudas, frutas e partes da fruta da bananeira originárias da Amazônia, Acre, Rondônia, Pará, Roraima, Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

Em contrapartida, o Rio de Janeiro também baixou uma por-



O produtor Carlos da Silva (em frente à mesa): preocupação sobre comércio com RJ

taria que está impedindo agricultores catarinenses de venderem sua produção e muitos já estão começando a ter prejuízos e a demitir funcionários. "Acredito que o Congresso Nacional deveria lançar apenas uma portaria, que valesse em todo o país, para evitar esse tipo de problema. O que ocorre hoje é que cada Estado está se defendendo como pode e isso vai gerar pânico e afetar ainda mais a economia", alertou Suman.

O gerente regional da Cidasc de Joinville, Fernando Rothbarth, informou que a empresa está disponibilizando herbicida aos banaticultores. Além disso, já ocorre a fiscalização de locais de distribuição como Ceasa, supermercados, pequenos comerciantes e até mesmo inspeções em casas. "Estamos usando todas as armas possíveis para retardar o avanço da praga. Entretanto, a união entre os agricultores e pesquisadores é de fundamental importância", disse.

Investimento em pesquisas é fundamental

O diretor do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, Renê Suman, argumentou a necessidade de ser desenvolvida uma tecnologia para controlar a sigatoka negra, o que pode levar algum tempo. Enquanto isso, os legislativos estaduais, em conjunto com o Executivo e Judiciário, precisam desenvolver uma metodologia de controle da praga, através de normas e regulamentos, para que a doença não seja levada de um Estado para outro, impedindo assim que ela se alastre.

"A sigatoka negra se alastra rapidamente e pode ser levada a longas distâncias. Por isso, é fundamental impedir o trânsito de

mudas oriundas de regiões que já estão afetadas pela doença", explicou Suman. Ele também enfatizou que o governo federal, através do Ministério da Agricultura, estará disponibilizando recursos, que serão passados a órgãos de pesquisa, como a Epagri e Cidasc, para que invistam em pesquisa e cultivo de mudas saudáveis, a fim de serem distribuídas aos banaticultores.

Outra medida já estudada pelo Ministério é o aperfeiçoamento de embalagens, mudança de logística e melhoria nas condições de produtividade dos agricultores para evitar não apenas a sigatoka negra, como outras pragas que atingem os bananais.